



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

### Ata da 112ª reunião, realizada em 5 de dezembro de 2017

1 Em 5 de dezembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do  
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Anderson Silva de Aguiar e Ana Carolina Miranda Lopes  
6 de Almeida, representantes da SEMAD. Representantes do poder público  
7 estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de Estado de  
8 Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de Souza, da Secretaria de  
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto  
10 Duarte Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência,  
11 Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Elbert Figueira Araújo Santos, da  
12 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento  
13 Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira,  
14 da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Angelo Luiz Resende, da Secretaria de  
15 Estado de Turismo; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de  
16 Educação (SEE); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de  
17 Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público  
18 do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público municipal:  
19 Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;  
20 Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes dos  
21 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Lorena Ferraz Souto, da  
22 Prefeitura Municipal de Almenara (representante dos municípios da Bacia  
23 Hidrográfica do Rio Jequitinhonha e Pardo); Agostinho Nardy Riolino, da  
24 Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos municípios da Bacia  
25 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura  
26 Municipal de Itapeva (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos  
27 Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos usuários de recursos  
28 hídricos: Igor Luna, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora  
29 (Cesama); Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais  
30 (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas  
31 Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e  
32 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Wagner Soares Costa e Odorico  
33 Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
34 (Fiemg); Irary Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto  
35 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação  
36 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do  
37 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo

38 Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia);  
 39 Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de  
 40 associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e  
 41 melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para  
 42 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Antônio Thomaz Gonzaga  
 43 da Matta Machado, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Gustavo Tostes  
 44 Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias  
 45 Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação  
 46 em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de  
 47 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do  
 48 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz,  
 49 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Marinho de Oliveira e  
 50 Carlos Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas  
 51 (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de  
 52 pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em  
 53 recursos hídricos ou educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade  
 54 Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências  
 55 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo  
 56 Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**  
 57 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
 58 **ABERTURA.** O presidente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 112ª  
 59 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **3)**  
 60 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Edson de Oliveira Vieira:  
 61 “A minha fala é no sentido da participação da sociedade civil no Conselho. Eu  
 62 tenho passado por uma dificuldade de deslocamento, nas duas últimas reuniões,  
 63 e acredito que os demais representantes da sociedade civil também. O  
 64 questionamento fica no sentido se não há possibilidade de, tendo as reuniões  
 65 agendadas, já haver o empenho de recursos para ter a efetividade dessas  
 66 participações. Em novembro, na última reunião, eu não pude participar por falta  
 67 de dotação orçamentária. A UFMG teve um corte de 40% do seu orçamento. Se o  
 68 Estado está com dificuldade, a UFMG, muito mais. Eu faço esse pedido para que,  
 69 pelo menos dos dois últimos meses, já ter esse cronograma fixado, que as  
 70 convocações fossem feitas com antecedência um pouco maior para podermos ter  
 71 essa participação garantida.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Conselheiro,  
 72 nós acolhemos o seu pedido, a sua manifestação. É importantíssimo, a SEMAD  
 73 entende, e não só a SEMAD, mas o Sisema inteiro entende as suas colocações.  
 74 Eu peço um pouco de compreensão porque o Estado realmente passa por uma  
 75 situação de contingenciamento de recursos. Houve realmente uma dificuldade em  
 76 empenhar recursos de viagem na última reunião. Nós estamos resolvendo tudo  
 77 isso. Neste momento, esse problema já foi equalizado, então, houve a  
 78 disponibilização do recurso para viagem. Mas é claro que, dentro da situação,  
 79 principalmente agora no final do ano, quando é necessário cumprir com alguns  
 80 compromissos, há uma certa dificuldade do Estado nessas questões de

81 ordenação de despesa. Mas também gostaria de colocar que todo esforço vai ser  
82 realizado para que seja garantida a participação de todos os conselheiros em  
83 todos os Conselhos e reuniões.” **4) EXAME DAS ATAS DA 109ª E 110ª**  
84 **REUNIÕES DO CERH.** Aprovadas por unanimidade as atas da 109ª e 110ª  
85 reuniões do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizadas em  
86 14 de setembro e 16 de outubro de 2017, respectivamente. **5) DELIBERAÇÕES.**  
87 **5.1) Equiparação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias**  
88 **Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) a Agência de Bacia Hidrográfica**  
89 **no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Apresentação: IGAM.**  
90 Aprovada por unanimidade a equiparação da Associação Executiva de Apoio à  
91 Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) a Agência de Bacia  
92 Hidrográfica no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, nos termos  
93 apresentados nesta sessão. **5.2) Equiparação da Associação Multissetorial de**  
94 **Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari**  
95 **(ABHA Araguari) a Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito da Bacia**  
96 **Hidrográfica do Rio Araguari. Apresentação: IGAM.** Aprovada por  
97 unanimidade a equiparação da Associação Multissetorial de Usuários de  
98 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA Araguari) a  
99 Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari,  
100 nos termos apresentados nesta sessão. **6) INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO**  
101 **(SUPLENTE) DO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O**  
102 **GRUPO COORDENADOR DO FHIDRO. Responsável: IGAM.** A indicação de  
103 conselheiro suplente para compor o Fhidro foi sobrestada pela Presidência para  
104 manifestação posterior de entidades da sociedade civil interessadas em se  
105 candidatar à vaga. **INCLUSÃO DE PAUTA E MOÇÃO APROVADAS PELO**  
106 **PLENÁRIO DO CERH.** Conforme proposta apresentada pelo conselheiro  
107 Gustavo Tostes Gazzinelli, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade a  
108 inclusão, na pauta desta sessão, da apreciação e votação de moção relativa ao  
109 Fhidro. Em seguida, o Plenário aprovou, também por unanimidade, a moção  
110 proposta, com os ajustes de redação acordados no Plenário, nos seguintes  
111 termos: “Moção de apoio à revitalização do Fundo de Recuperação, Proteção e  
112 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas  
113 Gerais (Fhidro) – Considerando a necessidade urgente de ações de conservação,  
114 revitalização e recuperação das 36 Bacias Hidrográficas do Estado de Minas  
115 Gerais; considerando a importância vital, ambiental, social e econômica da  
116 promoção da qualidade e da quantidade das águas em nosso Estado;  
117 considerando a situação crítica e, em muitos casos, a piora das condições  
118 hídricas e ambientais dos rios mineiros; considerando a importância do Fhidro  
119 para financiar ações de melhoria das condições dos corpos de água em Minas  
120 Gerais, quer por entes públicos ou por iniciativas privadas e organizações  
121 socioambientais; considerando os trabalhos e análises desenvolvidos pelo  
122 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), o Instituto Mineiro de Gestão  
123 das Águas (IGAM), os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), o Grupo

124 Coordenador do Fhidro e demais componentes do Sistema Estadual de  
125 Gerenciamento de Recursos Hídricos para, de forma persistente, técnica,  
126 participativa e descentralizada, identificar os problemas operacionais e os pontos  
127 de melhorias indispensáveis para promover a desburocratização, a agilidade, a  
128 eficiência, a qualidade técnica dos processos decisórios de tramitação e repasse  
129 dos recursos do Fhidro a seus legítimos destinatários e operadores, o Conselho  
130 Estadual de Recursos Hídricos vem manifestar à atual gestão do governo do  
131 Estado seu irrestrito apoio e clamor pela manutenção e imediato aprimoramento  
132 do Fhidro, por meio das medidas já identificadas no âmbito do Sistema Estadual  
133 de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), das ações do governo, bem  
134 como por meio do projeto de lei consolidado pelo IGAM, para o qual pedimos a  
135 máxima urgência na tramitação para a Assembleia Legislativa. Reiteramos assim  
136 que, sem a continuidade das ações de aperfeiçoamento do Fundo, do ponto de  
137 vista normativo, ele dificilmente realizará a superação das dificuldades  
138 operacionais já exaustivamente diagnosticadas no âmbito deste Conselho para  
139 cumprir, de forma efetiva, a missão para a qual foi criado. Desta forma, requer  
140 manifestação e providências do governo do Estado sobre o acima solicitado.” A  
141 Presidência acatou solicitação do conselheiro representante do Fonasc para que  
142 seja registrado em ata que “a expectativa do Conselho é que, na primeira reunião  
143 do Plenário, em 2018, haja manifestação do governo em resposta à moção e as  
144 primeiras providências”. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli registrou ainda:  
145 “Eu acho que nesta próxima reunião também a SEMAD e o IGAM têm que trazer  
146 a solução, que não seja mais a solução que sai da governança do IGAM para cair  
147 em uma burocracia da SEMAD e travar as coisas, como sempre aconteceu.  
148 Então, eu gostaria só de ressaltar que, quando estamos falando aqui de  
149 manifestação e providências do governo, a gestão da SEMAD está incluída  
150 nessas providências.” A Presidência registrou ainda proposta apresentada pelo  
151 conselheiro Pedro de Freitas Moreira para que seja pautada no Plenário do  
152 CERH a discussão de uma proposta para o funcionamento do Fhidro. 7)  
153 **INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS (TITULAR E SUPLENTE) PARA COMPOR A**  
154 **COMISSÃO ESTADUAL P2R2 MINAS. Responsável: Subsecretaria de**  
155 **Fiscalização (Sufis).** O Plenário do CERH aprovou por unanimidade as  
156 indicações do conselheiro titular Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência  
157 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do  
158 Estado de Minas Gerais (Arsae/MG), e do conselheiro suplente Fernando  
159 Marinho de Oliveira, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas/MG)  
160 para a composição da Comissão Estadual do Programa Estadual de Prevenção,  
161 Preparação e Resposta Rápida a Emergências Químicas (P2R2). 8)  
162 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA**  
163 **EXAME E DELIBERAÇÃO. 8.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**  
164 **Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do Mato**  
165 **Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003962/2017. Retorno de vista:**  
166 **Ministério Público, Fiemg, Fonasc, Faemg, Angá, Sedectes e Prefeitura**

167 **Municipal de Contagem. 8.2) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**  
 168 **Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do Mato**  
 169 **Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003963/2017. Retorno de vista:**  
 170 **Ministério Público, Fiemg, Fonasc, Faemg, Angá, Sedectes e Prefeitura**  
 171 **Municipal de Contagem. 8.3) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.**  
 172 **Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do Mato**  
 173 **Dentro/MG. Processo de Outorga nº 003964/2017. Retorno de vista:**  
 174 **Ministério Público, Fiemg, Fonasc, Faemg, Angá, Sedectes e Prefeitura**  
 175 **Municipal de Contagem.** Após apresentação dos relatos de vista e debates  
 176 nesta sessão, o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos deliberou,  
 177 por maioria, o deferimento das outorgas relativas aos processos dos itens 8.1, 8.2  
 178 e 8.3, que foram analisados e votados conjuntamente, com as condicionantes  
 179 listadas nesta ata. A Presidência registrou oito votos contrários ao deferimento  
 180 das outorgas. **Condicionantes.** – Condicionante 1 - Apresentar ao CBH Santo  
 181 Antônio os relatórios trimestrais de monitoramento qualitativo e quantitativo do  
 182 ponto RSS-03 (a jusante do Dique 2) e os relatórios trimestrais de monitoramento  
 183 qualitativo e quantitativo dos pontos VSS-19 (a jusante do Dique 3), VSS-21 e  
 184 VSS-22, acompanhados de devidas responsabilidades técnicas, dando ênfase  
 185 nos resultados e ações preventivas e/ou corretivas do empreendedor que podem  
 186 afetar os esforços de enquadramento dos corpos d'água, conforme estabelecido  
 187 no PARH Santo Antônio. Prazo: trimestralmente, a partir da data de publicação  
 188 da outorga; – Condicionante 2 - Apresentar, em conjunto com os relatórios  
 189 citados na condicionante 1, a identificação do laboratório responsável pelas  
 190 análises com comprovação de certificação junto ao Inmetro ou equivalente.  
 191 Prazo: trimestralmente, a partir da data de publicação da outorga. –  
 192 Condicionante 3 - Apresentar ao CBH Santo Antônio relatórios de  
 193 acompanhamento, com registros fotográficos e “as built” da construção dos  
 194 drenos, dando ênfase nas características do material de constituição do dreno e  
 195 configuração geométrica dos mesmos, compatibilizada com o projeto executivo,  
 196 observando as atividades estabelecidas no cronograma apresentado nos  
 197 processos de outorga, sendo elas: atividade 1, mobilização; atividade 2, drenos  
 198 agrupamento I (parte 1); atividade 3, descomissionamento Dique 01; atividade 4,  
 199 drenos agrupamento 1 (parte 2); atividade 5, drenos agrupamento II; atividade 6,  
 200 drenos agrupamento III. Prazo: semestralmente a partir da data de publicação da  
 201 outorga; – Condicionante 4 - Efetuar o monitoramento sedimentométrico a jusante  
 202 dos diques relacionados ao agrupamento III, para verificação do aporte de  
 203 sedimentos aos corpos d'água a jusante, semestralmente, após o início da  
 204 operação dos drenos, com apresentação dos respectivos relatórios técnicos ao  
 205 CBH Santo Antônio. Prazo: semestralmente, a partir da concessão da Licença de  
 206 Operação; Condicionante 5 - Implantar o monitoramento qualiquantitativo das  
 207 águas imediatamente a jusante da saída do agrupamento de drenos, com  
 208 frequência e parâmetros conforme monitoramento descrito no item 5 do parecer  
 209 técnico de outorga protocolo 075047/2017. Prazo: início após a conclusão da

obra.” A Presidência registrou abstenções de voto do Fonasc e do Ministério Público em relação às condicionantes, além de voto contrário do Ibram, especificamente quanto à condicionante 5. Declaração de voto contrário à condicionante 5 – Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu sou contrária porque entendo que já tem, exaustivamente, o programa de monitoramento já previsto pela equipe técnica para esse processo.” **Debates que antecederam a votação dos processos**. Os três processos foram analisados conjuntamente nesta sessão, com a análise sendo iniciada com a apresentação dos pareceres de vista. O conselheiro Luciano José Alvarenga apresentou o parecer de vista do Ministério Público, que opina pela baixa em diligência, com as seguintes conclusões. “Ante a análise de todo o conjunto de documentos apresentados pelo CERH, em escaneamento efetivado – bem como dos documentos já publicizados, no acompanhamento da questão advindo do Comitê de Bacia – bem como de várias informações que puderam ser apresentadas em audiência (requerida pelo empreendedor), que ocorreu no dia 23 de novembro de 2017, em Lavras, na CRRG, vimos efetivar as seguintes conclusões no sentido de fechar nossa posição. O pedido de concessão de outorga do processo nº 3963/2017 deve excluir os drenos DP-06-T1, DP-06-T2, DS-09, DS-10-T1, e DS-11, dado que não foram constatadas suas instalações no EIA da pilha atual. Os drenos DP-06-T1, DP-06-T2, DS-09, DS-10-T1, e DS-11 do AGRUPAMENTO I e os processos de outorga hídrica nº 3964/2017 e nº 3962/2017 devem aguardar até que o empreendimento produza obtenção das Licenças Prévia e de Instalação, das áreas de expansão das pilhas de rejeito/estéril, dada a necessidade de verificação da viabilidade ambiental do mesmo. Ante o exposto, o Ministério público manifesta-se pela baixa em diligência do presente procedimento, para fins de esclarecimento e resolução das inconformidades constatadas.” O conselheiro Wagner Soares Costa apresentou o parecer de vista conjunto da Fiemg, Faemg e Sedectes, em que as três instituições opinam pela concessão das outorgas nos termos dos pareceres técnico e jurídico. Conclusão do parecer conjunto: “Por fim, diante de todo o exposto, somos favoráveis ao deferimento das outorgas de grande porte requeridas pela empresa Anglo American, nos termos dos pareceres elaborados pelos técnicos da Superintendência de Assuntos Prioritários da SEMAD (Suppri), e do Instituto BioAtlântica (Ibio), no âmbito dos processos administrativos nº 3963/2017, nº 3962/2017 e nº 3964/2017, e também do parecer elaborado pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CBH Santo Antônio.” O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli fez apresentação do parecer do Fonasc, que opina pela baixa em diligência, com a seguinte conclusão: “9. Conclusão. 9.1 - Imprescindível que este Conselho reconheça a existência de usuários a jusante da área demandada no processo de outorga, usuários estes que terão seus usos comprometidos pelas alterações que venham a decorrer da intervenção proposta. Esta é, portanto, mais uma razão para que o processo de outorga seja retirado de pauta para que se proceda as correções tanto nas informações relativas aos usuários a jusante que já possuem os usos

consolidados quanto na figura representativa elaborada pelo parecerista do Ibio, ambos indispensáveis à avaliação correta de todos os conselheiros e única forma de se garantir o direito à isenta e correta avaliação. 9.2 - Tanto o Estado, que impõe a obrigação, quanto o empreendedor, a quem esta foi imposta, são forçados a conhecer os usuários (sejam eles cadastrados ou não) a jusante de onde se propõe a intervenção no curso d'água. Registre-se, entretanto, que tanto o parecer da Supram quanto o elaborado pelo Ibio destacam que o empreendedor informou inexistirem usuários cadastrados a jusante da intervenção proposta. Contudo, não há informação alguma sobre a existência de usuários não cadastrados nas informações contidas no parecer e tampouco nas informações prestadas pelo empreendedor. A hipótese configura omissão de informação diante das obrigações impostas ao empreendedor em razão da mencionada condicionante nº 37 da Licença de Instalação/fase II reproduzida como condicionante nº 07 da Licença de Operação do empreendimento. 9.3 - Destaca-se que a Portaria IGAM nº 40, de 28 de julho de 2017, que Declara Situação Crítica de Escassez Hídrica Superficial na porção hidrográfica localizada a montante da estação Naque Velho e a sua bacia de contribuição, estabeleceu, por meio do art. 6º, suspensão temporária da emissão de novas outorgas, nos seguintes termos: Art. 6º. Ficam temporariamente suspensas as emissões de novas outorgas de direito de uso consuntivo de recursos hídricos, bem como solicitações de retificação de aumento de vazões e/ou de volumes captados, de água de domínio do Estado, localizadas na área da porção hidrográfica declarada em situação crítica de escassez hídrica por esta Portaria. Esta é mais uma razão para que o pedido de outorga seja retirado de pauta até que a situação crítica de escassez hídrica que ocasionou a restrição de uso de recursos hídricos seja restabelecida à sua normalidade ou até a revogação da Portaria. 9.4 - O poder discricionário da Administração Pública não é ilimitado, encontrando seu pressuposto de validade na lei e, ainda, na prática de atos de boa gestão. Os requisitos mínimos para a conveniência à discricionariedade estão ligados aos princípios da realidade e da razoabilidade, para que o ato satisfaça a sua finalidade. A Administração está obrigada a sempre escolher os melhores meios para satisfazer o interesse público e não pode arriscar, como no caso em espécie, em que foi autorizada a outorga sem que tenha sido observado a obrigação de manter os usos múltiplos já consolidados a jusante da intervenção, bem como de realizar a avaliação integrada de todas as outorgas indispensáveis para a expansão pretendida pelo requerente, considerando, sobretudo, a necessidade de análise das estruturas que possuem relação direta e indispensável aos agrupamentos dos drenos de fundo objeto da presente outorga. Tanto os técnicos quanto os conselheiros devem escolher a melhor maneira para práticas dos atos administrativos. O princípio da precaução e o dever de gestão para a 'garantia de múltiplo uso da água e amplo acesso à mesma pelo máximo de pessoas possíveis' devem ser considerados um limite da discricionariedade. Como procedimento oriundo da análise de um órgão estatal, o

296 licenciamento está submetido aos princípios do direito administrativo, dentre os  
297 quais a formalidade. E, conforme relatado acima, há vícios insanáveis contidos no  
298 processo, sendo os principais a ausência de informações sobre usuários não  
299 cadastrados com usos já consolidados a jusante da área de intervenção do curso  
300 d'água e a fragmentação de outorgas que estão umbilicalmente ligadas. Ante o  
301 exposto, manifesta-se o Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias  
302 Hidrográficas (Fonasc-CBH) no sentido de que este processo administrativo para  
303 exame de outorga seja baixado em diligência até que sejam complementadas as  
304 informações e análises pendentes, indispensáveis à tomada da decisão.” O  
305 conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro apresentou parecer de vista da Angá, que  
306 opina pela retirada dos processos de pauta com a seguinte conclusão: “Então,  
307 em consequência, a Associação Angá se manifesta no sentido de que os  
308 processos de outorga 3962/2017; 3063/2017 e 3964/2017 sejam retirados de  
309 pauta e reapresentados conjunta e integradamente com todos os requerimentos  
310 das outorgas tidas como necessárias para a implantação e operação do  
311 empreendimento; considerando, também, a diversidade de usuários (outorgados  
312 ou não) situados a jusante do Complexo da Mina do Sapo.” **Transcrição dos**  
313 **debates.** Patrícia Generoso Thomaz/Fonasc: “Eu queria, inicialmente, fazer duas  
314 perguntas para a equipe técnica. O parecer do Ibio trouxe questões técnicas  
315 como, por exemplo, a situação de ter um parâmetro no PARH, que é de classe 1.  
316 O parecer do Ibio, feito por um técnico, descreveu que o monitoramento  
317 comprova que a empresa está devolvendo as águas dos córregos em classe 2,  
318 quando a meta do PARH é classe 1. E existem, sim, prazos, a meta são 30 anos,  
319 até 2030. A construção desses drenos prevê um prazo até 2022. Ou seja, até  
320 2022, a empresa, obrigatoriamente, até pela construção dos drenos, continuará  
321 devolvendo essa água em classe 2. Porque nós sabemos que existem obras de  
322 engenharia que impedirão que retorne à classe 1. Isso, trazido pelo parecer do  
323 Ibio, não foi respondido pela equipe técnica, não houve uma manifestação no  
324 parecer, não houve uma complementação. Então, eu gostaria que a equipe  
325 técnica esclarecesse isso. Outra coisa que o parecer do Fonasc trouxe e que eu  
326 também não vi manifestação da equipe é a questão de ter havido uma mudança  
327 de layout no projeto, e a descrição da própria empresa fala que haverá mudança  
328 de estruturas de apoio, inclusive da fase de implantação, inclusive dos Diques 3,  
329 4 e 5. O Dique 3 faz parte desses drenos que estão sendo outorgados aqui hoje,  
330 e eu também gostaria de uma manifestação da equipe técnica em relação a isso.  
331 Eu também gostaria de saber se esse córrego Bom Sucesso é o mesmo que as  
332 comunidades descrevem como Cipó. Por último, aos senhores conselheiros, eu  
333 queria fazer uma solicitação. O que a empresa veio fazer aqui foi tentar trazer aos  
334 senhores o conforto para os senhores votarem. Eu quero fazer aos senhores a  
335 leitura da realidade. Existe um mundo real e um mundo que se descreve, muitas  
336 vezes, em páginas, em relatórios em falas técnicas. O conforto que eles querem  
337 trazer para vocês aqui se traduz em um martírio que nós vivemos lá. O parecer  
338 do Fonasc trouxe uma reportagem falando do conflito de uso da água que já



339 existe na região. Trouxe, por exemplo, o relato da senhora da Cabeceira do  
340 Turco, Dona Alice, que é usuária desse córrego Bom Sucesso, que atualmente  
341 recebe dez galões de água, a cada oito dias, da empresa. São dez galões de  
342 água para passar oito dias. A condicionante que obriga a empresa a fornecer  
343 água – que também um dos técnicos da empresa trouxe aqui para dar esse  
344 conforto aos senhores – não deve ser suficiente. Porque viver com dez galões de  
345 água a cada oito dias não é humano. E existe também – a empresa não trouxe  
346 para os senhores aqui – que, para outro usuário, de Vargem Grande, o Ministério  
347 Público acabou de obter uma decisão liminar que obriga a empresa a fornecer  
348 água, porque ela se recusava a fornecer água para a família Faustino. E a  
349 decisão liminar da Justiça foi fundamentada no direito humano à água. Isso a  
350 empresa não falou. E essa condicionante já não é nova, é da LI, fase 2, de 2010.  
351 Isso mostra que o conforto que ela quer trazer aos senhores aqui se traduz no  
352 martírio nosso lar, no martírio das pessoas que conviverão com a outorga desse  
353 dique e de inúmeras outras pessoas. Porque antes nós tínhamos usuários do  
354 Vargem Grande e do Passa Sete submetidos a esse processo. Inexistência de  
355 água em qualidade. E o controle que eles disseram para os senhores também  
356 que está em conformidade também é uma informação que não é verdade, porque  
357 no próprio parecer da Supram existe identificação de parâmetros de turbidez que  
358 estão a mil por cento distantes do que é o atual. Isso, por si só, impede tanto o  
359 consumo humano, que está descrito no próprio parecer da Suppri, quanto a  
360 dessedentação animal. E outra coisa que nesse parecer está descrito é o uso  
361 dessas águas para alimentação, para necessidade alimentar dos usuários. Eu  
362 queria trazer essas três questões para os senhores. O conforto de vocês será, de  
363 novo, o nosso martírio: para consumo humano, dessedentação animal e  
364 segurança alimentar das comunidades que estão a jusante desse  
365 empreendimento.” Lúcio Guerra Júnior, morador de Conceição do Mato Dentro:  
366 “Há 500 anos do descobrimento do Brasil, ainda nós continuamos aqui sendo  
367 explorados e enganados pelo capital externo e pelo interesse externo. Enquanto  
368 em Londres eles limpam o Tâmesa e têm que se orgulhar disso, nós aqui  
369 autorizamos intervenções catastróficas e não sabemos o que o Estado irá gastar  
370 para recuperá-las. Eu vou tentar trazer aqui para vocês que estão hoje aqui  
371 sendo convidados para participar de uma fraude nesse licenciamento ambiental.  
372 Como diz o advogado da Anglo, a viabilidade ambiental desse empreendimento  
373 foi dada em 2008 sob algumas condições. No EIA/Rima de 2008 fala-se que ‘a  
374 elaboração deste EIA foi feita segundo os preceitos estabelecidos na legislação e  
375 consequentes normas ambientais vigentes, em especial a Resolução Conama  
376 01/86 e 237/97. Dentre as ações compreendidas, destaca-se a elaboração de um  
377 EIA/Rima preliminar, o que foi submetido e discutido junto com o município de  
378 Conceição e representantes da sociedade civil e de organizações não  
379 governamentais. Com base nessas discussões, houve diversas reformulações no  
380 projeto originalmente empreendido’. A MMX propôs uma coisa, e, junto com a  
381 sociedade civil, tratou-se de outra, como por exemplo a alteração do método de

382 disposição de pilha de estéril de forma a reduzir impactos sobre as propriedades  
383 rurais próximas à mina, permitindo a recuperação parcial do perfil da serra do  
384 Sapo. Dessa discussão eu vou trazer só um ponto, que é o que interessa aqui  
385 para vocês. São várias alterações em relação a cava em barragem de rejeito,  
386 mas o item 2 do acordo entre a MMX e a prefeitura, na discussão para atestar a  
387 viabilidade desse empreendimento, a proposta da MMX: pilha de estéril com  
388 grande proporção, de 295 m de altura, com difíceis soluções de drenagens; três  
389 cursos de água seriam soterrados, extensas alterações topográficas, com várias  
390 áreas ambientalmente protegidas. Justamente, esses três cursos de água que  
391 vocês estão aqui para dar outorga hoje. Foi a proposta da MMX. A operação  
392 concedida pela prefeitura: disposição dos materiais estéreis removidos nas  
393 frentes de lavras nas áreas já mineradas, evitando a degradação de novos locais  
394 para implantação de pilhas de estéril, viabilizando a recomposição fotográfica e  
395 ambiental das áreas já exauridas durante a operação do empreendimento. Foi  
396 nessas condições que esse empreendimento se aportou. Eu não vou nem entrar  
397 em outros méritos da importância que tem aquela região. No Plano de  
398 Aproveitamento Econômico, feito pela Geomil, na sua página 3, fala: 'O  
399 expediente de voltar o minério para dentro da cava, com recuperação  
400 concomitante das frentes exauridas, a partir de determinado momento, implicará  
401 as seguintes vantagens ambientais: recuperação mais efetiva das cavas, menor  
402 área externa de disposição de estéril, redução de passivos ambientais ao final da  
403 vida útil do empreendimento'. Então, é muito engraçado vir aqui um técnico do  
404 empreendedor falar que agora descobriram coisa diferente. Então, que discussão  
405 foi feita aqui? Sem falar que eles esconderam da sociedade de Conceição do  
406 Mato Dentro o EIA/Rima, porque não passou pela discussão da sociedade.  
407 Dentro do Codema, mandaram uma caracterização ambiental com 200 e poucas  
408 páginas, que não serviam para vocês analisarem nada. E no PU, que foi o objeto  
409 da votação da concessão desse empreendimento, na sua página 10: 'O  
410 desenvolvimento da atividade minerária previsto ocupará uma área de  
411 aproximadamente 2.700 hectares implicando na implantação de diversas  
412 estruturas: frente de lavra única, barragem de rejeitos' e tal. Entre as estruturas,  
413 uma única pilha de estéril externa à cava da serra do Sapo e Ferrugem,  
414 'totalizando uma área de 162 hectares, que deverá conter estéril gerado nos  
415 primeiros cinco anos de lavra'. 'Posteriormente, o estéril gerado será depositado  
416 no interior da cava, promovendo, dessa forma, a recuperação da área minerada'.  
417 Isso aqui é o Estado dando a anuência para o empreendimento se instalar em  
418 Conceição em uma determinada condição. E hoje esse mesmo Estado aqui vem  
419 violar a consciência de cada um de vocês, de cada um que está participando  
420 desse processo. Isso que eu estou querendo falar com vocês aqui é uma coisa  
421 muito maior talvez do que uma simples outorga, que realmente precisa para um  
422 dreno de fundo, para uma estabilidade de uma pilha de estéril. Mas isso é muito  
423 maior, o que o Estado está fazendo com cada pessoa aqui. Para terminar, o que  
424 está proposto? 'O impacto da alteração topográfica da morfologia das encostas

425 caracteriza-se, sobretudo, pela inversão do relevo proporcionado pela retirada da  
426 camada mineralizada e disposição do estéril'. É o que o Giacomini falou, estão  
427 querendo virar Deus e distorcendo tudo que foi falado. Eu agradeço a atenção de  
428 vocês." Rafael Ferreira Toledo/IGAM: "Sem tomar partido de nenhuma das  
429 posições defendidas, eu estou aqui só para prestar os esclarecimentos quanto às  
430 normas que regem a matéria, do ponto estritamente legal, sem fazer  
431 considerações sobre os aspectos técnicos que envolvem a matéria. Algumas das  
432 normas já foram citadas, a questão da correlação do licenciamento com a  
433 outorga. De fato, tanto a Política Nacional de Meio Ambiente como a Política  
434 Nacional de Recursos Hídricos determinam a correlação entre as duas políticas,  
435 mas as normas estipulam como se dará essa relação entre as duas matérias.  
436 Dentre as normas, temos a Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Recursos  
437 Hídricos que, inclusive, determina que a outorga de recursos hídricos poderá ser  
438 suspensão, total ou parcialmente, dentre as seguintes circunstâncias: temos o  
439 indeferimento ou a cassação do licenciamento ambiental, o que demonstra que,  
440 apesar de vinculados, a outorga e o licenciamento são instrumentos autônomos.  
441 A outorga é prévia ao licenciamento ambiental, tanto que, se o licenciamento  
442 ambiental não for aprovado posteriormente, a outorga, anteriormente concedida,  
443 será indeferida ou cassada. Está expresso no artigo 24, inciso VII. Da mesma  
444 forma, o artigo 30 dessa mesma Resolução, estipula que o ato administrativo de  
445 outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental  
446 pertinente e de todas as exigências que venham a ser feitas por outros órgãos e  
447 entidades competentes. Ou seja, a outorga existe analisando o que é o seu  
448 objeto, a relação qualiquantitativa de recursos hídricos. Não obstante a outorga,  
449 outras exigências ambientais poderão ser feitas posteriormente, mas isso no  
450 âmbito apropriado, que é o licenciamento. Nesse mesmo sentido, disposição  
451 semelhante, tem a Resolução ANA nº 833, que estipula, da mesma forma, que a  
452 revogação da outorga poderá ocorrer em caso de indeferimento ou cassação da  
453 licença ambiental, se for exigência, como é o caso. Há a mesma disposição no  
454 artigo 18, que diz que a outorga não dispensa a obtenção de outras autorizações  
455 ambientais pertinentes. Ou seja, o licenciamento ambiental e a outorga são  
456 instrumentos autônomos. Isso tem que ficar claro para os senhores.  
457 Especificamente, a Resolução nº 65 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
458 que efetivamente define a busca que tem por objeto a integração da gestão de  
459 política de recursos hídricos com a gestão ambiental, tem como diretrizes, no  
460 artigo 4º: exige manifestação prévia requerida pelo empreendedor interessado.  
461 Quando prevista, deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para  
462 obtenção de Licença Prévia. Ou seja, para obtenção de Licença Prévia, deve  
463 haver a prévia outorga. 'Parágrafo Único - Não havendo manifestação prévia ou  
464 ato correspondentes (ato correspondente seria a outorga), a outorga de direito de  
465 recursos hídricos deverá ser apresentada para obtenção da Licença de  
466 Instalação'. No mesmo sentido, artigo 5º: 'A outorga de direito de recursos  
467 hídricos deve ser apresentada ao órgão licenciador para obtenção da Licença de

468 Operação'. Então, sem me estender mais, é só para demonstrar a questão. De  
469 fato, há correlação entre as duas políticas, porque a gestão de recursos hídricos  
470 não se dá de forma totalmente dissociada da gestão de políticas ambientais. Isso  
471 é fato. Porém, a ordem de como se dá essa correlação deve ser de acordo com  
472 as normas que foram previamente estabelecidas. Essas são as diretrizes  
473 normativas. Sem adentrar às questões técnicas que envolvem a matéria, que  
474 serão objeto agora de apresentação pela equipe técnica competente.” Antônio  
475 Augusto Melo Malard, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu  
476 vou ser bastante breve, para passar a quem tem o direito, realmente, de tecer as  
477 considerações referentes à questão técnica. O Dr. Rafael já falou basicamente  
478 tudo que eu iria falar e com muita propriedade, mas eu gostaria de reforçar, mais  
479 uma vez, para que os senhores se atenham, realmente, ao objeto da discussão  
480 de hoje, que é outorga de intervenção em recurso hídrico, inclusive de uso não  
481 consuntivo, ou seja, sem alteração da qualidade e da quantidade das águas.  
482 Inclusive, nesse ponto, a equipe técnica que está à frente do processo de  
483 licenciamento ambiental sequer está presente hoje aqui. Porque nós entendemos  
484 que não é o fórum realmente competente para discutir sobre a matéria, e  
485 devemos nos ater realmente ao objeto da discussão. Muito foi falado aqui sobre o  
486 licenciamento ambiental, e nós vamos ter oportunidade de discutir e trazer, ponto  
487 a ponto, todos os questionamentos que foram apresentados, mas não no dia de  
488 hoje e, sim, no dia 11, na próxima segunda-feira. Estão todos os presentes  
489 convidados, para que possamos, então, debater cada um dos pontos, se for  
490 necessário, se forem apresentados novamente nesse dia. Então, já está pautada  
491 a reunião, toda a equipe técnica estará presente aqui para debater sobre esses  
492 temas. Inclusive, a maioria dos pontos colocados aqui hoje foi inerente ao  
493 licenciamento ambiental, aos possíveis aspectos e impactos ambientais que  
494 podem ocorrer no âmbito do processo de LP e de LI, e eles estão, claro, trazidos  
495 no EIA/Rima. É objeto do EIA/Rima tratar e discutir essas questões. Não é objeto  
496 do momento dessa discussão. Então, a maioria desses assuntos foi inerente ao  
497 licenciamento ambiental e não à outorga. Uma outra questão, que vai ser  
498 detalhada pela equipe técnica, que foi bastante debatida refere-se à  
499 fragmentação do processo. E nós entendemos que não há fragmentação nesse  
500 processo, primeiramente porque são cursos d’água diferentes, são microbacias  
501 diferentes e, principalmente, não há prejuízo técnico nenhum em razão de ser o  
502 uso não consuntivo. Então, realmente, nós temos todo o embasamento, e a  
503 equipe técnica vai trazer o detalhamento de que não houve fragmentação. E esse  
504 procedimento não foi adotado somente nesse processo, é o procedimento  
505 adotado pela Secretaria em todos os processos de outorga.” Yuri Rafael de  
506 Oliveira Trovão/SEMAD: “Eu acho que essa matéria já foi debatida, eu acho que  
507 o Dr. Wagner e o Guilherme foram cirúrgicos em pontuar essa separação,  
508 juntamente com o Dr. Rafael, em relação à separação entre a outorga e o  
509 processo de licenciamento ambiental, citando várias normas em relação a isso.  
510 Eu só pedi a palavra para pontuar a última norma que os senhores aprovaram

511 agora aqui, em novembro, que é justamente a minuta que vai alterar a  
512 Deliberação Normativa 74. O artigo 15: 'Para formalização do processo de  
513 regularização ambiental, deverão ser apresentados todos os documentos,  
514 projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental'. Artigo 16: 'Autorização para  
515 utilização de recurso hídrico, bem como autorização para intervenção ambiental,  
516 quando necessárias, deverão ser requeridas no processo de licenciamento,  
517 previamente à instalação do empreendimento ou atividade'. Mais uma norma  
518 recente, alterada agora, proposta já votada, texto votado em novembro do  
519 corrente ano, que demonstra a separação entre o processo de licenciamento  
520 ambiental e a outorga. Embora sejam interdependentes, não havendo  
521 subordinação e, sim, a ligação entre ambos." Lara Righi Amaral Furtado/SEMAD:  
522 "Boa tarde a todos. Eu sou Lara Righi, analista ambiental da Diretoria de Apoio  
523 Técnico Normativo, responsável pela elaboração dos pareceres técnicos. Eu vou  
524 me ater, principalmente, às respostas que foram solicitadas, porque, em função  
525 também do tempo, não justifica repetir a apresentação que foi feita na reunião  
526 passada e também na CTIG, quanto aos processos técnicos em discussão. Só  
527 trazendo esse mapa, que são esses agrupamentos dos drenos, que são  
528 enquadrados como grande porte. E sobre os questionamentos apresentados, que  
529 eu anotei aqui. Hoje os rios são enquadrados como classe 2. Existe, sim, a meta,  
530 mas essa meta precisa ser aprovada por este Conselho. Não foi aprovada. Então,  
531 hoje, o que existe como enquadramento é classe 2, o que tem sido atendido  
532 como regra geral nos monitoramentos apresentados. Foi questionada a mudança  
533 de projeto dos diques. Essa mudança de projeto de dique tem processo de  
534 intervenção de recurso hídrico próprio para discussão, que é o processo de  
535 outorga dos diques, e também o processo de licenciamento. Então, não é mérito  
536 da discussão dos processos de outorga em tela. Também foi discutido que foi  
537 identificado um lançamento fora do parâmetro ao longo da operação do  
538 empreendimento. As DNs de monitoramento estabelecem que, quando ocorre  
539 algum descumprimento de padrão, tem que ser identificado, corrigido e registrado  
540 no histórico de monitoramentos, com a justificativa e medida de mitigação para  
541 que isso não suscite uma infração ou atenuar a infração. Isso está no processo de  
542 licenciamento, onde isso é tratado também. Foi feito também questionamento  
543 sobre a mudança no layout do empreendimento. Isso também não é âmbito do  
544 processo de outorga, mas foi perguntado. Mas entendo que já foi respondido pela  
545 própria empresa as questões do DNPM. E não são mérito desse processo de  
546 outorga. Acredito que os questionamentos específicos eu anotei todos da equipe  
547 técnica e fico à disposição para qualquer outro questionamento que possa ser  
548 apresentado." Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: "Eu vou ter que me  
549 ausentar, mas antes vou fazer uma sugestão de monitoramento com base no  
550 relatório da CTIG, que tem a condicionante 5: 'Efetuar o monitoramento  
551 sedimentométrico a jusante dos diques relacionados ao agrupamento 3 para  
552 verificação do aporte de sedimentos aos corpos d'água de jusante'. O conselheiro  
553 da UFMG questionou sobre a impossibilidade desse monitoramento, porque

554 acima era somente uma pilha de estéril e não um manancial. E foi aprovada na  
555 CTIG, por votação, essa condicionante. Eu gostaria de sugerir que, além do  
556 sedimentométrico, fosse realizado o monitoramento – caso aprovada aqui, fora  
557 dessa discussão se vai caber aqui a aprovação ou não – desses dois braços que  
558 vertem para o Dique 3 projetado. Então, em cada braço de drenagem do Bom  
559 Sucesso, onde vão ter a pilha de estéril e o futuro Dique 3, tem duas drenagens.  
560 Uma apresenta 6,6 m<sup>3</sup>/hora ou 1,8 l/s; e o outro, 7 l/s. Então, a sugestão é que  
561 seja incluído, além do monitoramento sedimentométrico, o monitoramento  
562 quantitativo da saída dos drenos, antes mesmo de chegar aos diques. Para que  
563 se tenha um banco de dados desse monitoramento. E qual é a justificativa? Tem  
564 uma drenagem natural, que hoje produz em torno de 2 a 7 l/s, e na medida em  
565 que se coloca o dreno de fundo e um pacote de material se pode até agregar  
566 mais vazão. Mas isso tem que ser monitorado na saída dos drenos. Somente na  
567 CTIG foi colocado esse monitoramento sedimentométrico. Então, caso seja  
568 aprovada a outorga, que se inclua o monitoramento quantitativo – naturalmente,  
569 qualitativo – na saída dos drenos para o córrego Bom Sucesso.” Conselheiro  
570 Edson de Oliveira Vieira: “Eu queria começar com um tempero a mais nessa  
571 análise. Se estivéssemos falando de um empreendimento desse porte para  
572 qualquer outra bacia no Estado de Minas Gerais, ela por si só já traria uma certa  
573 atenção e tensão também. Mas trata-se da Bacia do Rio Doce, uma bacia que até  
574 pouco tempo atrás, há dois anos ou um pouco mais do que isso, passou por um  
575 desastre de nível de atenção internacional. Sinceramente, eu gostaria que as  
576 ações de recuperação da bacia, de ressarcimento das pessoas que lá sofreram  
577 algum tipo de dano tivessem a celeridade que tem esse processo. Eu não estou  
578 questionando o processo em si, mas a rapidez como ele vem sendo analisado.  
579 Eu não li o EIA/Rima, a minha análise aqui foi baseada em cima dos pareceres  
580 apresentados aqui. Eu acho que, legalmente, eu não tenho nada a acrescentar.  
581 Já foi muito bem colocada a questão do licenciamento e da outorga, apesar do  
582 que eu não sei se, quando chegar à parte de análise do licenciamento, alguma  
583 coisa vai ser jogada para a questão de análise do recurso hídrico, e essa coisa  
584 talvez já tenha ou seja dada como julgada e analisada. Eu não sei como isso vai  
585 ser levado lá. Mas quando fazemos a leitura desses pareceres, principalmente  
586 um ponto que eu saliento aqui, são algumas divergências apontadas aqui com  
587 relação ao EIA/Rima, em vários aspectos, principalmente no que tange a  
588 alteração da dinâmica hídrica para essa nova estrutura, essa nova área que está  
589 sendo implementada. Eu não sei se posso aqui adiantar meu voto, mas eu  
590 confesso que ainda me encontro desconfortável diante do que foi colocado aqui,  
591 e meu voto é de baixar em diligência esse processo.” Conselheiro Pedro de  
592 Freitas Moreira: “Apesar de vencido, eu acho que no debate da ampliação de um  
593 colegiado, a escuta, independente da regra, tem que ser levada em conta. Então,  
594 eu acho que, em vez de ajudar e contribuir com a celeridade, nós perdemos 20  
595 minutos aqui discutindo se pode discutir ou não. Então, eu acho que, como  
596 premissa de qualquer colegiado, devemos deixar as pessoas falarem. Como

597 conselheiro deste Conselho e de vários outros, eu acho que isso é importante.  
598 Fora isso, eu acho que trazemos debates importantes, mas que são de  
599 momentos diferentes. Eu acho que é fundamental discutir o modelo de  
600 desenvolvimento de Minas Gerais e da mineração dos últimos 50 anos. E o  
601 impacto e o retorno desses recursos dos TACs etc. apontam para um outro  
602 modelo de desenvolvimento. Nós temos que discutir nesses processos de  
603 outorga e de licenciamento a produção de água, a produção de solo, como  
604 também condicionante, como uma resposta ao que está colocado. Então, a  
605 angústia de que a forma como as coisas andam tem matado os rios, tem matado  
606 o solo está correta, está certa. Agora, o remédio para isso é esse que estamos  
607 discutindo aqui? O remédio que nós vamos dar para o problema do  
608 desenvolvimento de Minas e para o problema dos rios é uma outorga que, a  
609 princípio, existe consenso, se for olhar especificamente? Eu acho que é um  
610 caminho meio perigoso de seguirmos. Se o caminho é ampliar esse debate,  
611 vamos ampliar o debate de atingidos. O que é atingido? Tem uma lei na  
612 Assembleia discutindo, além do Fhidro, a nossa concepção de atingido. Vamos  
613 ampliar. Qual é o grau de retorno que a mineração dá para os cofres do Estado?  
614 É pouco, comparado com outros Estados. Temos que ampliar. Está correto esse  
615 debate, está correta essa concepção. Temos que ampliar os modelos de  
616 condicionantes para além da qualidade da água. Se pegarmos todas as  
617 condicionantes técnicas, nesse processo nós apontamos só para a qualidade da  
618 água, monitoramento etc. Qual é o retorno de produção da água para o impacto  
619 do rio? Quantas nascentes nós vamos colocar nesse debate para pensar isso?  
620 Qual o tipo de tecnologia de recuperação ambiental que vai dar resposta para o  
621 solo e, ao mesmo tempo, gerar renda para o agricultor e diminuir o peso do PIB  
622 municipal ou do PIB estadual no minério? Isso tem que entrar na pauta. Agora,  
623 aprovar ou não essa outorga aponta para isso, acumula para isso, traz esse  
624 debate que estamos apontando, que foi principalmente o que a vista da Angá  
625 trouxe? Para mim, não. Sinceramente, eu acho que estamos fazendo um cavalo  
626 de batalha dentro de um processo onde o jogo estabelecido está dado. Que  
627 precisamos inverter esse jogo, podemos questionar, mas que está correto dentro  
628 desses limites que nós discordamos. Inclusive, particularmente, eu acho que as  
629 condicionantes são mínimas, em especial para a agricultura familiar, que é a  
630 nossa pauta, que normalmente são as famílias a jusante. Então, como a gente  
631 consegue fazer isso? Então, ao mesmo tempo, em vez de ficar nesse debate de  
632 bem e mal que está colocado, se você é a favor dos rios ou não, nós somos, sim,  
633 e temos acordo com isso e achamos que temos que ampliar a briga, inclusive  
634 com o setor ambiental, de incluir o sujeito humano nesse processo, as  
635 comunidades tradicionais, o agricultor familiar, os atingidos por grandes  
636 empreendimentos. Isso é importante, inclusive, para quem trabalha com processo  
637 ambiental há muito tempo começar a absorver isso, seja no Estado ou fora dele.  
638 Agora, eu acredito que, dentro do processo de outorga e aprovação desse  
639 processo de outorga, não é lugar de se fazer esse cavalo de batalha no processo

640 de achar que isso vai mudar a relação de forças. Isso não é verdade. Então,  
641 quais são os caminhos que nós temos que fazer. Eu acho que o debate do Fhidro  
642 é um importante enfrentamento que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
643 tem que fazer. O debate dos atingidos é um grande debate que temos que fazer,  
644 de ampliação desse conceito do que é atingido, em uma perspectiva de apontar  
645 pelo que os pedidos de vista apontaram. Então, esse é o posicionamento que  
646 entendemos a partir da discussão colocada.” Conselheiro Gustavo Tostes  
647 Gazzinelli: “Eu queria divergir dessa questão que se propôs aqui da  
648 fragmentação, da separação das outorgas entre dique ou barragem e drenos.  
649 Vejo que toda proposta de outorgar separadamente os drenos parte do princípio  
650 de que o uso da água neles não é consuntivo, embora me pareça bastante  
651 questionável, porque já está claro que os drenos vão carrear sólidos, vão carrear  
652 finos de minério. Então, primeiro ponto: o uso é consuntivo? A outorga não é só  
653 de quantidade, ela é de qualidade. Se pegarmos todas as leis, isso é muito claro.  
654 Então, o uso é consuntivo. O dique poderá ser usado para retirar água. Então,  
655 olha que esquizofrenia: separa uma coisa e outra para falar que não é  
656 consuntivo. Assim, você alcança o seu objetivo. Eu não tenho dúvidas de que,  
657 sob o ponto de vista legal, talvez seja possível permitir essa outorga aqui. Talvez  
658 seja. Mas também é possível exigir uma outorga integrada. E isso, Rafael, você  
659 não disse na sua apresentação, e está nos artigos 18 e 13 da Resolução 16.  
660 Então, o que acontece aqui? Eu acho que tem uma coisa que tem um caráter  
661 simbólico. É pegar e falar, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ‘nessa  
662 matéria, quem manda é o licenciamento’. Embora a Lei 13.199 estabeleça como  
663 fundamento da Política Estadual de Recursos hídricos o gerenciamento integrado  
664 dos recursos hídricos com vista ao uso múltiplo – artigo 3º, inciso II –, a gente fala  
665 ‘não, é do licenciamento, deixa para eles’. E abrimos mão de cumprir a função  
666 deste Conselho. Essa matéria foi trazida para este Conselho. Então, eu acho que  
667 o que se está propondo aqui é criar um sério precedente para desconsiderar os  
668 impactos integrados, muitos sobre os recursos hídricos, e outorga de forma  
669 fragmentada dando o aval para a área de licenciamento. Na verdade, a área de  
670 licenciamento está falando: ‘O único papel seus é aprovar outorga da forma como  
671 nós queremos’. Tanto a empresa quanto a área de licenciamento poderiam ter  
672 tido um pouco mais de respeito com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e  
673 terem trazido para cá a relação dos usuários cadastrados a jusante das  
674 estruturas. Não fizeram isso. Poderiam ter trazido o Dique 3 para nossa análise.  
675 Não fizeram isso. Por que não fizeram isso? Porque querem que a gente siga  
676 essa lógica. A lógica é essa, nós estamos aqui só para carimbar. Isso, como  
677 conselheiro da maior instância da Política Estadual de Recursos Hídricos, eu não  
678 posso aceitar. Eu acho que o que está em jogo aqui não é se é legal ou ilegal, é o  
679 nosso papel aqui. Nós não somos batedores de carimbo. Aí, eu quero ressaltar  
680 algumas coisas. O parecer fala que não foram tratadas as prioridades do PARH,  
681 mas ele não diz quais são as prioridades do PARH. Sabe por quê? Porque o  
682 PARH não estabeleceu prioridades. Então, o parecer está errado quando diz que



683 nós não estamos indo contra o PARH, porque ele não diz quais são as  
684 prioridades. Agora, se não há prioridades e há uma meta estabelecida para  
685 enquadramento de um trecho de água, que é diretamente onde está esse  
686 empreendimento, para em 2030 ele ser classe 1, na ausência da prioridade eu  
687 vou considerar isso como prioridade. Vejam bem, o empreendimento vai estar, de  
688 acordo com a empresa, pronto em 2022, vai ter uma vida útil de 28 anos, ou seja,  
689 2050. E essa vida útil de 28 anos é porque ele chama de fase friável, está  
690 supondo ou está nos iludindo com a ideia de que esse minério dessa primeira  
691 safra, que está em cima do que eles disseram que descobriram abaixo, essa fase  
692 é friável. E, segundo eu soube, a área da cava já é para todas as fases, inclusive  
693 a posterior à fase 'friável', entre aspas. Nós aqui estamos simplesmente  
694 avaliando o princípio de que nós não devemos zelar pela Política Estadual de  
695 Recursos Hídricos, que nós devemos cumprir um papelzinho no processo de  
696 licenciamento, e estamos abrindo mão das nossas prerrogativas. É com isso que  
697 eu não posso concordar. Por isso que eu entendo que as informações ausentes  
698 nesse processo, em todas as suas etapas, deveriam vir para nós. Afinal, veio  
699 para nós tomarmos essa decisão, e ela é omissa. E o parecer técnico é  
700 equivocado quando diz que não há usuários a jusante. Isso nós demonstramos.  
701 Então, nós vamos estar aprovando um parecer técnico equivocado.” Conselheiro  
702 Sylvio Luiz Andreozzi: “Sobre essa intervenção, eu queria dizer o seguinte. A  
703 regra se aplica quando da necessidade dela. Se nós estamos aqui para realizar o  
704 debate, irmos à lei para cercear o debate é ir contrário a tudo que fundamenta a  
705 existência deste Conselho. Então, eu acho que, em vez de valorizarmos o  
706 conteúdo, nós estamos começando a valorizar a forma. E para isso nós não  
707 precisamos mais de conselho. A respeito do caso em si, eu sei que aqui não é o  
708 COPAM, eu sei disso desde a primeira reunião que eu vim para cá. Por gentileza,  
709 não há mais necessidade desse tipo de esclarecimento. Porque a repetição disso  
710 marca, na verdade, aquilo que está sendo feito aqui. Não há necessidade disso.  
711 E quando o Estado se posta a fazer isso me parece que é, desnecessariamente,  
712 a serviço de um determinado setor. Não há necessidade disso, não há  
713 necessidade que o Estado se exponha dessa maneira. Isso chega a ser irritante,  
714 com a presença dos conselheiros, tratando esses conselheiros como crianças  
715 que precisam ser educadas. Os conselheiros sabem exatamente qual é a função  
716 que eles executam aqui dentro, sabem das competências, então, não há  
717 necessidade desse tipo de atitude, a não ser jogar para a plateia. Não há  
718 necessidade disso. Eu tenho algumas dúvidas a respeito do procedimento de  
719 outorga e gostaria de ter essas informações. Eu gostaria de solicitar a  
720 apresentação daquele mapa que foi colocado. Chegam três ações de canalização  
721 e retificação de cursos d’água separadas por bacias hidrográficas. Essa é a  
722 justificativa dada pela segmentação do procedimento, não há outra, a não ser a  
723 base hidrográfica que é dada. No entanto, os agrupamentos 2 e 3 são da mesma  
724 base hidrográfica. A priori, já tem algum problema aí. Nós estamos falando de  
725 agrupamentos de drenos que são relacionados ao mesmo depósito de estéril, ou

726 seja, o fato gerador das intervenções é único. Por que o processo não é único? O  
727 fato gerador das intervenções é único, não são três depósitos, é um único  
728 depósito, que vai impactar três canais diferentes. Na verdade, duas bacias  
729 diferentes. Então, eu gostaria muito de entender o procedimento que leva a um  
730 impacto, um único caso gerador, ser segmentado e não ser apresentado de  
731 forma única. Eu tenho uma certa dificuldade de entender também pelo seguinte.  
732 'Ao se construir o depósito de estéril, ocorrerão modificações na conformação da  
733 bacia hidrográfica, o divisor de água será alterado, será alterada, inclusive, a  
734 altimetria relacionada à conformação da própria bacia hidrográfica. Isso gerará  
735 alterações nos fluxos superficiais e subsuperficiais. A modificação da estrutura da  
736 rocha, realizada durante a fase de mineração, gerará também uma  
737 disponibilidade química diferente da rocha matriz.' A capacidade que a água tem  
738 de levantar esses minerais e carregá-los ao canal é diferente, em tempos  
739 diferentes, em quantidades diferentes. Ou seja, nós teremos alterações de  
740 quantidade e de qualidade no processo de outorga dessas três intervenções,  
741 repito, de um único fato gerador. A questão para realizar a outorga é a seguinte.  
742 Qual é a quantificação desses impactos? Para que eu possa votar com  
743 segurança, eu solicito a quantificação desses impactos. Para onde será  
744 deslocada a linha de corte d'água? Qual será a alteração no tamanho da bacia?  
745 Qual alteração que ocorrerá em termos de fluxos superficiais e subsuperficiais?  
746 Porque isso impacta não a água que sai na ponta do canal que vai ser feito, com  
747 um projeto bacana, bem-feito, mas eu quero saber no conjunto da obra. Porque  
748 isso impacta a bacia. Então, as minhas dúvidas são dúvidas técnicas, na  
749 verdade, só que essas dúvidas técnicas são geradas por um fato político, que foi  
750 a decisão de segmentação do evento. Porque não há justificativa técnica para um  
751 único efeito gerador ser segmentado em três análises separadas." Conselheira  
752 Irany Maria de Lourdes Braga: "Antes de mais nada, eu queria dizer para o Sylvio  
753 que eu concordo em gênero, número e grau com a primeira fala dele. Eu não  
754 aguento mais bater em uma tecla, que todo mundo sabe que outorga deve ser  
755 item deste Plenário e o que deve ser item de licenciamento, então, deve ser item  
756 a ser analisado em outras searas, no conselho de mineração, na CMI. Então, se  
757 nós estamos batendo nessa tecla, é porque vai e volta pelos próprios  
758 conselheiros a confusão com a nossa competência. A nossa competência está  
759 clara, a nossa competência é para avaliar outorgas de grande porte. Eu queria só  
760 colocar mais uma coisa. O empreendedor, quando entrou com o processo de  
761 licenciamento, entrou com todos os pedidos, todas as outorgas, tudo junto. Foi  
762 devido às regulamentações, às DNs existentes, que foram direcionadas algumas  
763 para nós, porque foram consideradas de grande porte, e outras que vão ser  
764 analisadas por outro conselho, que vai analisar, de uma forma integrada, todos os  
765 licenciamentos. E vai ser analisada, inclusive, essa outorga que veio aqui para  
766 este Conselho, ela vai integrar um processo que vai ser amplamente discutido no  
767 dia 11. Então, aqui hoje nós estamos falando de um processo de canalização  
768 para três drenos, que não poderiam ser integrados. Depois, a técnica esclarece

769 para nós por que tem que ser três diferentes. De princípio, o que deveria ser  
770 avaliado aqui é o grande porte. E esses drenos, por uma questão de definição de  
771 legislação, vêm para este Conselho. Esse é um item. A segunda coisa que eu  
772 gostaria de frisar é que os drenos não possuem uso consuntivo, e os diques que  
773 estão também sendo avaliados dentro do processo de regulamentação ambiental  
774 estão ali para promover uma estrutura de regularização e para garantir a  
775 qualidade da água não vinda dos drenos, mas, sim, das estruturas, que é o  
776 carreamento de sólidos promovido pelas drenagens pluviais da pilha de estéril. O  
777 dreno em si, como foi explicado aqui pelo consultor da empresa, é um  
778 encapsulamento, e foi falado na reunião da CTIG, inclusive, que não promove  
779 uma alteração na qualidade dessa água, ele vem, simplesmente, fazer para  
780 poder garantir a segurança da pilha de estéril. E tem todo um processo de  
781 revestimento, de proteção. O encapsulamento é feito com material inerte. Isso foi  
782 falado aqui hoje pelo próprio consultor da empresa. Além disso, para garantir a  
783 qualidade da água que sai do dique, porque, até para garantir a qualidade da  
784 água que sai desse dreno, ela vai para um dique e do dique que ela é efluente.  
785 Existem monitoramentos propostos – e vários, não são poucos – que já existem  
786 antes de esse empreendimento de drenagem existir, com a quantidade de pontos  
787 de monitoramentos em frequência e parâmetros que são avaliados. Então, isso já  
788 existe para poder garantir a qualidade. Por fim, eu acho que já foi esclarecida  
789 aqui a confusão de step que foi colocada pelo parecer da Promotoria, de que não  
790 estava sendo contemplado o agrupamento 1. Ele está sendo contemplado nesse  
791 processo de licenciamento, sim, nesse EIA atual. Ele não estava no antigo  
792 porque não existia. E falar que esse processo foi amplamente discutido na  
793 CETOC, do Comitê de Bacia; na CTIG, que dá apoio, suporte técnico para esta  
794 Câmara aqui, e que no meu entender estão sendo simplesmente  
795 desconsideradas decisões já avaliadas, amplamente avaliadas e analisadas.  
796 Com isso, no meu entender, fragiliza os Comitês e a própria CTIG, em decisões  
797 que já foram tomadas. É essa a minha posição.” Conselheiro Wagner Soares  
798 Costa: “Eu acho que esse assunto tem que ficar em pauta mesmo, esse assunto  
799 dessa discussão maior dos atingidos e essa coisa toda. Só que aqui não é o  
800 fórum, isso é política de Estado. Sobre produção de água, eu acho que lá no  
801 licenciamento ambiental devem ter muitas condicionantes de implementação de  
802 RPPNs, de compensação de supressão vegetal, e provavelmente ao redor da  
803 própria área da empresa. Então, nós achamos que isso, no futuro, pode contribuir  
804 para a produção de água. Agora, o que a Irany falou. Nós estamos cansados de  
805 saber que existem dois fóruns, mas o argumento continua o mesmo, misturando  
806 as coisas. Eu acho que nós temos que parar um pouquinho e focar exatamente o  
807 que um Conselho faz e o outro Conselho faz. Eu acho que o grande problema  
808 nosso aqui é que às vezes misturamos. Eu, por exemplo, estou aqui hoje no  
809 Recursos Hídricos, amanhã estou no COPAM, depois de amanhã estou aqui de  
810 novo, e de repente essa coisa começa a confundir a nossa cabeça e começamos  
811 a ter as mesmas falas. Mas eu gostaria de solicitar àqueles que pediram

812 diligência que revejam a sua opinião, e pedir aos demais conselheiros que não  
813 contribuam para baixar em diligência. Esse processo já está na ordem do dia há  
814 mais de oito meses, já passou por diversas instâncias, e estamos aqui. Eu  
815 acredito que todas as colocações que foram feitas aqui pela parte técnica da  
816 empresa, pela parte técnica do órgão executor e por todos nós que já nos  
817 manifestamos aqui nos dão condições de sair daqui com uma decisão tomada.”  
818 Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu só queria algum esclarecimento,  
819 porque as coisas têm um tempo para ir acontecendo. Como esse novo projeto  
820 prevê uma área maior do que a que foi prevista no primeiro EIA/RIMA, qual é a  
821 efetiva data prevista para o início de operação? Porque estava sendo previsto –  
822 outra coisa que eu gostaria de esclarecimento – que o estéril seria lançado dentro  
823 da própria cava. Por que isso mudou, por que isso não pode mais acontecer?  
824 Tomando essa decisão aqui, vai ampliar a área do empreendimento. E para  
825 quando está previsto. Porque, pelo que eu entendi, essa era uma terceira fase de  
826 um projeto que ia acontecer mais a longo prazo. Por que esse pedido agora neste  
827 momento?” Iara Righi Amaral Furtado/IGAM: “A questão da proposta de  
828 monitoramento. Já existe o monitoramento previsto para o empreendimento, que  
829 está localizado mais a jusante dessas intervenções propostas. Isso foi  
830 apresentado nesse mapinha que está no parecer técnico. Esses pontos são  
831 monitoramentos, a jusante, de qualidade e quantidade de água. Então, não  
832 inserimos novos, por entender que já estava fazendo o acompanhamento da  
833 bacia. Não há problema quanto ao monitoramento proposto, do ponto de vista da  
834 outorga, porque são monitoramentos de quantidade e qualidade que são  
835 pertinentes a uma análise de processo de outorga. Eu acredito que problemas  
836 construtivos também não haverá, pode ser feita a colocação do vertedouro a  
837 jusante para fazer esse monitoramento quantitativo. A finalidade, se é para  
838 conhecer mais detalhadamente a operação do dreno, como essa disponibilidade  
839 vai estar ali. A questão que está sendo englobada hoje é a gestão da bacia, que  
840 já está atendida. Mas, específica da intervenção, pode ser inserida, sim, a  
841 condicionante de monitoramento quantitativo. Eu não vejo objeção técnica para  
842 essa intenção de monitoramento qualiquantitativo de água. Foram feitos vários  
843 questionamentos sobre como são formalizados os processos de outorga. A  
844 outorga, diferente do licenciamento ambiental, é formalizada processo a  
845 processo, cada um para uma intervenção ambiental e intervenção em recurso  
846 hídrico específica. Então, por isso, existem diversos processos de outorga para  
847 cada intervenção, para que ali possa ser avaliada a disponibilidade hídrica  
848 daquela região. O que acontece com esses drenos? Por que são três  
849 agrupamentos? Porque em cada agrupamento tem drenos interligados. Mas esse  
850 agrupamento, apesar de estar na mesma microbacia, não está interligado com  
851 esse. Então, diretamente, a implantação desse não vai interferir nesse recurso  
852 hídrico. Então, esse é um processo, esse é outro processo, aqui drena para outra  
853 vertente, então, outro processo, porque a implantação deles é distinta. No que se  
854 refere à avaliação daquele recurso hídrico superficial, eles não estão interligados.

855 Tem uma nota técnica do IGAM que trata sobre essa avaliação dos drenos. Até  
856 lembrando aqui outro questionamento que foi feito sobre a finalidade, que está no  
857 Siam, é porque o Siam não tem, no sistema – é um problema de TI –, essa  
858 finalidade de dreno de fundo. Então, às vezes, ocorre no balcão a formalização, a  
859 pessoa do balcão não acha dreno de fundo e põe em alguma outra coisa. Na  
860 CTIG, o conselheiro já tinha falado isso, já foi mudado, está em novo formato,  
861 porque isso foi discutido no parecer técnico, a finalidade da canalização. A  
862 finalidade que o sistema tem para canalização é o controle de cheias, que não se  
863 aplica ao dreno de fundo, que é enquadrado nesse modo de uso. Então, é por  
864 isso que são três processos distintos, por isso que eles são analisados  
865 separadamente. E são discutidos aqui porque são processos subsequentes,  
866 formalizados na mesma data, então, não faz sentido trazer cada um em uma  
867 reunião diferente deste Conselho. O próprio Conselho vai ver que são  
868 sequenciais. A implantação deles também é correlacionada. Então, nós os  
869 trazemos. E não trazemos outras intervenções porque elas não são intervenções  
870 de grande porte, não são enquadradas, então, não são discutidas aqui. É o  
871 procedimento de regra adotado, não é um caso específico para essa situação, é  
872 a regra das outorgas discutidas nos últimos anos, desde que existe o regramento  
873 de outorga de grande porte e intervenção de outorga. Teve uma outra questão  
874 aqui, do fluxo da drenagem pluvial. No projeto que foi apresentado para nós, vai  
875 inverter, sim, a declividade, mas elas são todas construídas com o sistema de  
876 drenagem pluvial, tanto para prevenir a erosão dos maciços quanto direcionar o  
877 fluxo dessa água, que vai estar tendo um escoamento superficial, para a saída  
878 das drenagens naturais distribuídas aqui ao longo da pilha. Então, tem o projeto  
879 de drenagem pluvial, que vai lançar essas drenagens pluviais também nesses  
880 exutórios hoje existentes. Tem os monitoramentos. Quanto à mudança por causa  
881 das características do estéril colocado ali, eu não tenho o detalhamento aqui,  
882 porque também isso não foi foco desse processo, mas hoje já tem uma pilha  
883 implantada, já em operação, tem os monitoramentos que são avaliados. Não  
884 houve nada que se destacasse assim, que demonstrasse a não viabilidade desse  
885 tipo de disposição na qualidade das águas da bacia. A questão dos finos nós  
886 discutimos também, e já foi respondido. No meio da discussão, falando, talvez eu  
887 tenha me equivocado, e depois foi esclarecido, e repito: os finos são da  
888 drenagem pluvial, vão estar lançados nesses exutórios eventuais. E para isso é  
889 que também existem as outras estruturas de controle, que são os diques que  
890 estão em outra intervenção em recurso hídrico e que também estão discutidos no  
891 processo de licenciamento. Quanto à informação do conselheiro de que está  
892 equivocado o parecer quando fala que não há usuários a jusante, o parecer é  
893 muito claro, fala que não há usuários outorgados nem cadastrados a jusante.  
894 Está muito claro o texto do parecer técnico, isso é um critério para avaliação da  
895 disponibilidade hídrica, isso não inviabiliza todas as discussões sobre a vocação  
896 da bacia, sobre todas as outras condicionantes do licenciamento ambiental e não  
897 são mérito tão relevante em uma intervenção não consuntiva como essa. Teve

898 também o questionamento da não disposição na cava, e eu acho que teve  
899 também essa resposta anteriormente, porque foi uma mudança requerida pelo  
900 DNPM. Eu também até gostaria de lembrar algumas questões, de que a  
901 disposição em cava é até muito mais interessante para rejeito do que para estéril,  
902 porque o estéril tem maior estabilidade. Então, uma cava, quando for considerada  
903 viável pelo DNPM, é uma estrutura mais viável para rejeito, porque gera um  
904 impacto posterior maior.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “A pilha de estéril  
905 modifica a conformação da bacia?” Righi Amaral Furtado/IGAM: “Sim, modifica,  
906 muda a topografia, vai passar de vale a uma pilha. E isso está nos projetos, são  
907 sempre assim as pilhas. Pelo que eu falei da modificação da drenagem da área  
908 específica onde está a pilha, ela é construída com drenagens pluviais, para que  
909 esse escoamento não se dê ao acaso nessa estrutura construída e não provoque  
910 erosões. Então, ele é conduzido pela drenagem pluvial até os pontos de  
911 lançamento previstos no projeto, que são os pontos de exutórios naturais.”  
912 **Processo de votação.** Antes de iniciar o processo de votação das outorgas, a  
913 Presidência rejeitou os pedidos de baixa em diligência. Presidente Anderson Silva  
914 de Aguilar: “Em relação ao pedido de diligência, foi manifestado pela equipe  
915 técnica e também pela equipe jurídica que não é cabível para esses processos,  
916 que não há argumentos que sustentem colocar em votação a diligência.  
917 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu já expus o meu entendimento a  
918 respeito disso. Nós temos uma posição institucional. Nós consideramos que  
919 aquelas questões levantadas não estão suficientemente esclarecidas. Não  
920 acreditamos que isso deva ser resolvido neste momento e mantivemos, portanto,  
921 o pedido de diligência. As questões estão expostas no parecer.” Conselheiro  
922 Gustavo Tostes Gazzinelli: “O nosso pedido é muito claro. Nós queremos o  
923 cadastro das comunidades que moram a jusante do empreendimento, que faz  
924 parte de uma decisão uma condicionante da LI, Fase II. Nós queremos esse  
925 cadastro, e não se trouxe esse cadastro, em nenhum momento, para análise. E  
926 queremos o projeto do Dique 3. É essa a nossa condição para analisar. E, por  
927 fim, queremos um esclarecimento se afetar qualidade da água tem alguma  
928 relação com uso consuntivo. Queremos esse esclarecimento, porque até agora o  
929 que se falou aqui é que não há uso consuntivo. No entanto, quando você vai  
930 olhar os pareceres da outorga, o que está escrito lá? Finalidade: pilha de estéril.  
931 Agora, vocês vão me dizer se pilha de estéril não interfere na qualidade dos  
932 cursos d’água. Eu quero esse esclarecimento. E nós solicitamos na reunião da  
933 CTIG, solicitamos na reunião anterior. Se não trouxe até agora é porque não quis,  
934 porque falta de solicitação não foi.” Presidente Anderson Silva de Aguilar: “Os  
935 itens que o senhor colocou já foram discutidos. Alguns deles não são matéria de  
936 discussão neste Plenário, são do licenciamento do empreendimento.”  
937 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “É prerrogativa do Sisema trazer essa  
938 matéria para discussão. A Resolução 16 deixa clara essa possibilidade. Então,  
939 essa resposta não está correta. Você pode falar assim ‘a nossa decisão política é  
940 não respeitar a lei ou não facultar aquilo que a lei nos possibilita fazer’.”

941 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “No meu pronunciamento, eu fui muito  
 942 mais veemente do que costumo ser. Do ponto de vista da norma estabelecida, eu  
 943 reconheço que não existe um fundamento para eu continuar com aquele pedido,  
 944 porque nem diligência eu pedi. Eu pedi para parar tudo e começar de novo, na  
 945 perspectiva de todos os usos da água ali. O meu propósito é justamente fazer  
 946 uma reviravolta na situação, mostrando que, do jeito que está sendo feito, nós  
 947 vamos continuar assassinando o rio e, agora, inclusive, sepultando com a pilha  
 948 em cima. Agora, de toda forma, eu concordo, o fórum, especificamente, não é  
 949 este, mas faz parte do conjunto. Nós fazemos parte dessa grande farsa que é o  
 950 gerenciamento ambiental neste país. Então, é mais a título de protesto mesmo.  
 951 Nem diligência eu estou pedindo. Eu estou pedindo para virar a coisa de cabeça  
 952 para baixo para que comece a fazer de novo isso aqui porque, do jeito que está  
 953 sendo feito, não está sendo certo. Qual é a fórmula? Eu não tenho. Mas essa que  
 954 está aí não é. Nós temos que fazer diferente.” Iara Righi Amaral Furtado/IGAM:  
 955 “Eu só quero fazer uma observação quanto ao questionamento da qualidade. Não  
 956 estamos tratando de um efluente que precisa de vazão para depuração no curso  
 957 d’água, então, a outorga qualitativa não se aplica nesse caso, porque nós não  
 958 estamos tratando de depuração de efluentes lançados. Tem os diques para  
 959 contenção dos sedimentos, mas são outros processos de outorga distintos  
 960 desses. Só a questão que não tinha sido abordada, da qualidade. Não se trata de  
 961 depuração, então, não é foco de processo de outorga.” Conselheira Irary Maria  
 962 de Lourdes Braga: “Se tem questionamentos da forma como os processos de  
 963 outorga são feitos, de médio, de grande porte, que isso seja alvo de uma  
 964 discussão, e não em cima desse projeto aqui agora. Que seja alvo de abertura de  
 965 uma avaliação ampla. Mas não aqui.” Patrícia Generoso Thomaz//Fonasc:  
 966 “Questão de ordem, artigo 42, parágrafo 1º: ‘Compete aos membros do Colegiado  
 967 deliberar sobre a pertinência da diligência’. Então, isso que o senhor está  
 968 submetendo aqui aos conselheiros que pediram a diligência é, inclusive, irregular,  
 969 diante do Regimento. Porque até a pertinência é objeto de deliberação. Essa é a  
 970 questão de ordem, artigo 42, parágrafo 1º, que determina que até a pertinência  
 971 ou não tem que ser objeto de deliberação do Plenário, dos conselheiros, e não  
 972 fica a cargo da Presidência.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Muito  
 973 obrigado. Mas eu acho que nós já esgotamos esse assunto com as falas  
 974 anteriores. Então, eu coloco em votação os itens 8.1, 8.2 e 8.3. Os conselheiros  
 975 que concordam com o parecer da Supram permaneçam como estão. Os  
 976 contrários, por favor, se manifestem. Eu vou pedir auxílio à assessoria executiva  
 977 para fazer a contagem dos votos. Há alguma abstenção? Oito votos contrários.  
 978 Alguma abstenção? Aprovados os itens 8.1, 8.2 e 8.3.” **9) PROPOSTA DO**  
 979 **FUNDO AMBIENTAL E VALORES E FORMAS DE APLICAÇÃO DO FHIDRO.**  
 980 **Apresentação: Secretaria de Estado de Fazenda / Subsecretaria de Receita**  
 981 **Estadual.** Item sobrestado, devendo ser pautado na próxima reunião. **10)**  
 982 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu gostaria de  
 983 solicitar que o IGAM cumprisse a sua função de fazer a regulamentação do PUA.

984 Este Conselho criou uma deliberação normativa referente ao PUA, Plano de  
985 Utilização de Água, na mineração, e essa atribuição compete ao IGAM. Então, se  
986 está parado aqui é porque o IGAM parou com esse negócio. Não compete a mais  
987 ninguém, a atribuição é do IGAM. Então, eu gostaria que vocês dessem o  
988 encaminhamento, para não assistirmos mais a esse tipo de coisa que assistimos  
989 aqui hoje. Presidente, eu espero que, nas próximas reuniões, você faça igual fez  
990 aqui, depois, não na questão de não pôr em votação o pedido de diligência – isso  
991 realmente foi muito questionável –, mas de deixar as pessoas falarem e não ficar  
992 nessa burocracia dos 10 minutos. Essa vem sendo uma tradição aqui do CERH,  
993 que eu espero que você mantenha.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Está  
994 entendida e incorporada a solicitação, mas cabe à mesa também colocar o  
995 Regimento em prática. Então, a iniciativa foi apenas isso. Eu vou só perguntar à  
996 conselheira Irany – que falou aqui também, e como estamos em Assuntos Gerais,  
997 e o conselheiro Gustavo Gazzinelli fez uma solicitação para o IGAM –, se há  
998 algum endosso da senhora.” Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Na  
999 realidade, o que eu quis dizer é o seguinte. Está sendo polemizado várias vezes,  
1000 então, que a gente traga isso para discussão. Vamos falar sobre esse assunto, o  
1001 que nós devemos fazer. Através de uma deliberação normativa que reveja a  
1002 existente? Não sei. Mas alguma coisa nesse sentido. Só isso, só sugestão,  
1003 porque estamos sempre batendo na mesma tecla.” O conselheiro Edson de  
1004 Oliveira Vieira registrou solicitação da Presidência do Comitê da Bacia  
1005 Hidrográfica do Rio Verde Grande para que o Plenário do CERH pautasse a  
1006 discussão sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos afluentes mineiros  
1007 do Verde Grande, conforme pedido protocolado em 29/7/2015. Presidente  
1008 Anderson Silva de Aguiar: “Nós vamos tentar resgatar esse comunicado, que foi  
1009 em 2015, mas, se o Comitê puder reenviar, pode ser o mesmo enviado na  
1010 mesma data, para fazermos o rastreamento e tentarmos trazer a resposta na  
1011 próxima plenária.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Só reforçando a  
1012 questão do Fhidro na próxima pauta. Nós vamos, até o dia 31, aprovar essa  
1013 legislação para abrir um debate aqui, na primeira reunião do Conselho, sobre a  
1014 operacionalização do Fhidro, tendo em vista o fracasso dele no último período.  
1015 Então, que já consigamos colocar essa pauta juntando com o item 9, que foi  
1016 retirado da pauta.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro.  
1017 Está incorporado.” **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
1018 serem tratados, o presidente Anderson Silva de Aguiar declarou encerrada a  
1019 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Anderson Silva de Aguiar**  
**Presidente do Plenário do CERH**